

INSTITUTO
Documentação
SOCIOAMBIENTAL
Fonte OESP
Data 23/5/96 P^o ADP-226
Class. Guaranis
910

PF suspeita do assassinato de índios guaranis

A Polícia Federal investiga a possibilidade de haver assassinatos entre os casos de suicídios de índios guaranis-caiovás em Mato Grosso do Sul. A suspeita se baseia em tese de doutorado de uma antropóloga que estudou 21 mortes do gênero em 1995, em aldeia próxima ao centro da cidade de Dourados. Segundo a tese, pelo menos seis casos que apontam para suicídios foram homicídios. Como o de Romão Gomes da Silva, de 32 anos, cujo corpo foi achado pendurado pelo pescoço numa árvore dentro da aldeia.

Página A18

VIOLENCIA

PF investiga mortes de índios guaranis

Luiz Prado/AE — 9/11/95

De acordo com o delegado Lázaro Moreira da Silva, de Dourados, em Mato Grosso do Sul, tese de antropóloga indica que pelo menos seis casos de mortes anunciadas como suicídio podem ter sido homicídio

JOÃO NAVES DE OLIVEIRA
 Especial para o Estado

CAMPO GRANDE — A Polícia Federal está investigando a possibilidade de que entre os casos de suicídios de índios guaranis-caiovas existam assassinatos, informou ontem o delegado regional da Polícia Federal (PF) em Dourados (MS), sul de Mato Grosso do Sul, Lázaro Moreira da Silva.

O delegado chegou a essa conclusão a partir da tese de doutorado da antropóloga Roseli Aparecida de Arruda, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que estudou 21 casos do gênero ocorridos durante o ano passado na Aldeia Bororo, a 4 quilômetros do centro de Dourados. Segundo a tese, pelo menos seis casos tidos como suicídios foram homicídios.

Estudo — O delegado Silva afirmou que a tese, intitulada Dossiê Guarani, serviu de base para constatar que um dos seis casos apontados pela antropóloga é assassinato. Trata-se de Romão Gomes da Silva, de 32 anos, cujo corpo foi encontrado pendurado pelo pescoço em uma árvore dentro da aldeia no dia 16 de novembro de 1995.

Um ferimento na nuca da vítima levantou a suspeita de assassinato, reforçada pela localização de uma enxada manchada de sangue a poucos metros do local do suposto suicídio, a quase 400 metros do centro da al-

deia Bororo, onde vivem quase 6 mil índios em apenas 4 hectares de terra. Metade dessa área é arrendada por fazendeiros que formam lavouras de soja.

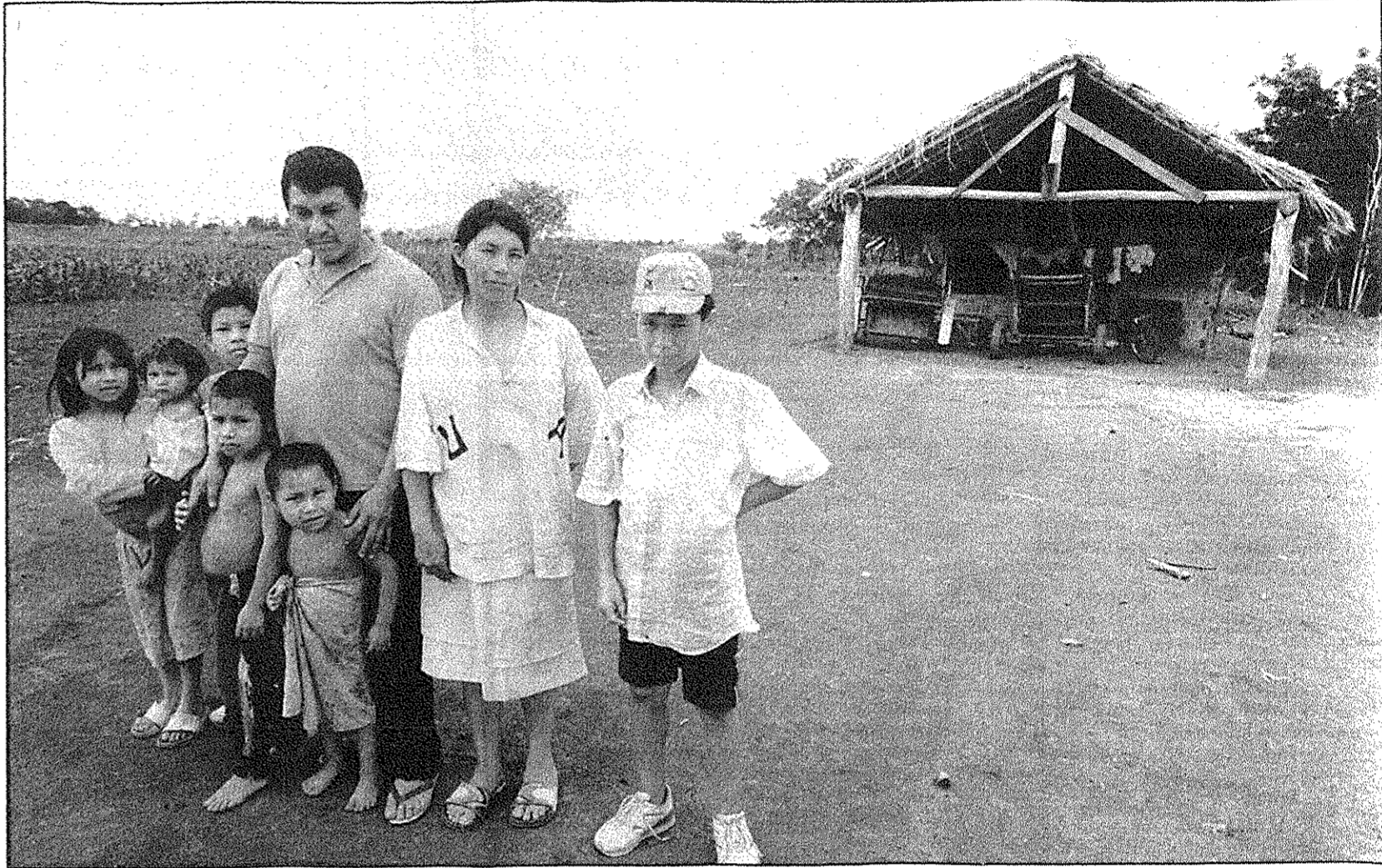
Moreira disse que o crime foi atribuído a uma índia de 13 anos de idade, que ao ser ouvida na Delegacia de Polícia Civil, não confirmou e nem negou a autoria. "Ela contou uma história confusa e, em dado momento, ficou calada; disse apenas que cometera suicídio ao deixar a delegacia e atualmente nem mora mais na aldeia." Segundo o delegado, até hoje não ocorreu uma explicação convincente por parte dos pais dos suicidas sobre os motivos desses atos extremos.

SILVA:
PARENTES DE
VÍTIMAS
NÃO
DERAM
EXPLICAÇÃO
CONVINCENTE

Encerramento — Silva afirmou que os índios se calam perante as autoridades e o assunto

acaba resultando no encerramento do inquérito por falta de testemunhas. No entanto, o delegado acusou o conselho formado pelas tribos que vivem na aldeia de ser violento.

"Há duas semanas, o índio Bartolo foi violentamente surrado por membros do conselho, que são tidos como policiais indígenas, sob os ordens do vicecaxique Assunção Cáceres; a vítima ficou internada alguns dias no Hospital das Missões e depois desapareceu", disse. "Como posso dar prosseguimento ao caso?", perguntou. A média anual dessas mortes vem se mantendo em 50 casos nos últimos cinco anos.



Família do índio Sidney Isnard, que se enforcou aos 18 anos: para o historiador José Carlos Bom Meihy, é como se fosse "uma doença"

Cimi registrou 206 casos de suicídio em 10 anos

PABLO PEREIRA

Depois de beber um litro de coque na casa de uma tia, o índio Sidnei Isnard, de 18 anos, percorreu de bicicleta os cerca de 500 metros que separavam a palhoça de uma mata nos fundos da casa do pai e se enforcou. Na véspera, havia presenteado dois irmãos menores com um porco e com a bicicleta, seus únicos bens. Morreu na primeira semana de novembro, pendurado numa árvore, enquanto a mãe e um dos irmãos, desesperados, o procuravam para tentar impedi-lo.

Sidnei engrassou uma estatística que aponta para uma crise entre os guaranis-caiovas na aldeia de Dourados. Nos últimos dez anos, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) registrou 206 casos de suicídios. Em 96, o número chega a 8. São índios jovens, em geral em idade de casar, que decidem morrer. "É como uma doença", disse ontem o historiador José Carlos Bom Meihy, da Universidade de São Paulo (USP). "Eles acreditam que o suicídio é contagioso", explicou o professor de história oral, que

estuda o fenômeno do suicídio dos caiovas desde 1985.

Sidnei trabalhava como peão em uma fazenda no município de Naviraí, na região de Dourados. "Ele ficou triste quando chegou em casa e não encontrou a mulher", contou o pai, Severino, ainda sem entender o gesto do filho. O casal morava junto com os pais de Sidnei. A desilusão com a separação levou Sidnei à bebida e, depois de três dias, à morte.

"Essa é uma fase muito difícil para o índio", argumentou Meihy. O caso de Sidnei pode ser considerado um exemplo da crise que vivem os jovens índios guaranis, recrutados como peões pelos chamados "gatos" para trabalhar fora da aldeia. Segundo Meihy, os "gatos", em geral são índios tere-

na, que habitam a mesma reserva. A área ocupada pelos dois povos é de 3.500 hectares, onde vivem cerca de 6.500 índios, segundo o Cimi.

Os suicídios explodiram na aldeia a partir de 1990, quando foram registrados 34 casos. No ano anterior, sete índios cometeram o suicídio. Esse número subiu em 1995 para 56 casos.

Clima na aldeia de Dourados é tenso

O clima na aldeia de Dourados, onde a polícia investiga a suspeita de homicídio entre os casos até agora registrados como suicídios, é tenso. A afirmação foi feita ontem, pelo telefone, por Orlando Zimmer, coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em Mato Grosso do Sul. "Os ânimos estão

quentes na aldeia com a presença da polícia", afirmou Zimmer. Em Brasília, a direção da Funai ainda não foi informada oficialmente sobre o resultado do estudo que aponta as suspeitas de homicídio. A Funai limita-se a acompanhar o trabalho da polícia. Para José Carlos Bom Meihy, historiador da Universidade de São Paulo (USP), que estudou o comportamento dos caiovas, há um conflito de terras na região. Meihy, que organizou em 1991

o livro Canto de Morte Kaiowá: História Oral de Vida, argumentou, no entanto, que é preciso considerar a cultura dos caiovas. Segundo ele, há mais de 300 casos de suicídio entre os índios desde 85, quando o fenômeno passou a ser observado com rigor. Ele disse desconhecer que tivesse havido homicídios. "Teríamos de ver caso a caso." Para Meihy, o suicídio entre os caiovas é conhecido desde o século 16. "O que preocupa é que essa onda está se estendendo por muito tempo", justificou o professor. "É preciso observar que a população indígena naquela área dobrou desde que a reserva foi criada, em 1975", disse Meihy. De acordo com o historiador, o ritual do suicídio, por asfixia ou por envenenamento, deve ser entendido como grito de alerta.

MORTOS
SÃO JOVENS,
EM IDADE DE
CASAR

FUNAI NÃO
FOI AVISADA
SOBRE
ESTUDO



Justiça de São Paulo suspende ação de despejo

Juiz atendeu a solicitação da Procuradoria da República, que alegou 'razões humanitárias'

O juiz Teotônio Costa, do Tribunal Regional Federal, em São Paulo, acatou ontem pedido de suspensão do despejo dos índios guaranis-caiovas da Fazenda São Miguel, em Juti, no sul de Mato Grosso do Sul. O juiz atendeu a solicitação da procuradora da República Maria Silvia Meira Luedemann, que baseou sua argumentação em "razões humanitárias". Com a decisão, os índios, que ameaçavam suicídio coletivo ou um confronto com a polícia, poderão permanecer na área até o julgamento do mérito da ação de agravo, impetrada no tribunal.

Ontem, era tensa a situação na Fazenda São Miguel, de 439 hectares, invadida por 200 índios há dois meses. Os guaranis disseram que quem entrasse no local seria morto sem tempo para dizer uma palavra. A advertência está em uma carta entregue ao adminis-

trador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), Virgílio Clemente da Silva, com assinaturas e impressões digitais dos índios.

No final da tarde, representantes da Funai e dos índios foram informados da suspensão do despejo pelo procurador da República em Mato Grosso do Sul, Paulo Thadeu. "A situação agora deve se acalmar", afirmou Thadeu. O prazo para desocupação da área terminou ontem, quando os índios passaram a ser alvo de despejo judiciário, condição que revoltou o grupo e liberou a disposição de resistir à ordem matando ou morrendo.

De posse de carta, Silva também tentava, na tarde ontem, por meio da Procuradoria-Geral da República, em

GRUPO
INDÍGENA
AMEAÇAVA
RESISTIR

Campo Grande, um mandado de segurança para suspender a ação de despejo. "Não vamos sair nem com a Funai, nem com a Polícia Federal nem com a Polícia Militar, porque vamos resistir, vamos morrer e também matar", afirma um trecho da carta escrita pelos índios. A Fazenda é de Miguel Subtil de Oliveira.